

*Discurso na cerimônia de assinatura do contrato de concessão e de arrendamento da malha sul da Rede Ferroviária Federal*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 27 DE FEVEREIRO DE 1997

*Senhor Ministro Alcides Saldanha, dos Transportes; Senhores Parlamentares, que nos dão a honra de estar aqui; Senhores Vice-Governadores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina; Dr. Isaac Popoutchi, Presidente da Rede Ferroviária; Senhores Diretores da Ferrovia Sul-Atlântico; Senhoras e Senhores; Senhores Empresários,*

Senhor Ministro Saldanha, Vossa Excelência reafirmou neste ato a disposição sua e do Governo no sentido de nós procedermos à transferência, por intermédio da Lei de Concessão de Serviços Públicos, da malha ferroviária nacional ao setor privado.

Quero, em primeiro lugar, agradecer o trabalho que Vossa Excelência vem desempenhando à frente do Ministério, bem como ao Dr. Isaac Popoutchi. E não posso deixar de me referir também ao trabalho do seu antecessor, Deputado Odacir Klein.

Na verdade, o que aconteceu com a malha ferroviária brasileira e com a rede ferroviária nacional é alguma coisa que, no futuro, será relevante para os processos de modernização no mundo todo. Por quê? Porque a concepção que havia era a de que, se existisse um setor que

seria incapaz de um saneamento, de uma recuperação e de despertar o interesse do setor privado, era esse. Era a Rede Ferroviária que, até há muito pouco tempo, era lembrada simplesmente como sinônimo de ineficiência, da incapacidade de gestão do Estado, da impossibilidade de, efetivamente, atender às demandas dos produtores nacionais no transporte de mercadorias, para não falar de passageiros, que, há muito tempo, já eram testemunhas vivas da impossibilidade de termos um sistema eficiente.

Pois bem, em muito pouco tempo, graças à gestão competente dos Ministros já referidos e do Presidente da Rede Ferroviária Federal e, certamente, de centenas de colaboradores que, geralmente, ficam anônimos, mas que são os que, efetivamente, também ajudam a essa transformação, nós conseguimos, num prazo muito curto, realizar essas concessões.

O Ministro já disse que, no decorrer de cerca de 30 anos, vão ser 4 bilhões e 600 milhões de reais de investimentos e, em termos do que se recebe diretamente nos leilões, mais ou menos 1,5 bilhão para o Estado. Isso significa, por um lado, economia ou menos endividamento, porque, como não havia dinheiro para economizar, ter-se-ia que fazer dívida para se poder realizar os investimentos. E, por outro lado, significa também investimento efetivo e aquilo que se nota com maior transparência hoje, que é a existência de um setor privado nacional, às vezes em cooperação com o estrangeiro, mas, *grosso modo*, nacional, disposto a investir e a fazer as transformações de que o Brasil necessita.

Então, isso é um sinal dos tempos e um sinal muito positivo. E convém ressaltar, também, que todo esse processo que está ocorrendo no Brasil de transferência de responsabilidades do setor público para o privado não tem significado – nem significará – duas coisas fundamentais. Primeiro, não significa a volta de um regime de propinas, de desonestidade, de corrupção. Não houve um caso, e isso vem do Governo Itamar Franco, em que se possa dizer que houve suspeita, nem suspeita. E não houve nada. Quer dizer, isso ocorre porque o processo é transparente, são licitações públicas, são editais. Tudo foi discutido com o Congresso, quando é necessário, como é o caso, agora, da Vale

do Rio Doce. Nada. Zero. Então eu acho que isso é alguma coisa que se deve marcar.

Em segundo lugar, não significa, também, que o Estado se ausente das suas responsabilidades nessa área. Pelo contrário, ele muda, isso sim, no modo de atuação. Nós precisamos de um Estado ainda mais competente, para que ele possa servir ao público, servir à população brasileira.

E isso que nós estamos vendo aqui, em ponto menor, no que diz respeito à malha ferroviária, é menor se estiver em comparação com outras áreas. E aproveito para louvar o trabalho do Deputado Eliseu Rezende, que aqui está, porque nós estamos fazendo uma modificação profunda na questão do petróleo, com o mesmo espírito como já fizemos na questão de energia elétrica, e a Câmara está começando a discutir, também, a questão do serviço telefônico, do serviço de telecomunicações em geral.

Isso é a reforma do Estado. Reforma do Estado não é apenas uma lei – e, aliás, vai ser discutida na Câmara a reforma administrativa, que é urgente e que será feita –, mas é muito mais que a reforma administrativa *stricto sensu*. É a modificação do modo pelo qual o Estado se organiza para interagir com a sociedade. E, no que diz respeito ao setor de infra-estrutura (telefonias, energia, petróleo, portos, rodovias, ferrovias e aquovias), significa, na prática, a formação de agências novas que vão lidar com esse setor.

Está claro, no que diz respeito à agência da energia elétrica, está claro, no que diz respeito à agência do petróleo, está claro, no que diz respeito à agência de telefonia. Mas nós estamos fazendo uma transformação profunda nos portos. O Ministro Saldanha tem acompanhado e liderado esse processo, mas sempre apoiado pela Casa Civil. E é um processo que significa que nós estamos criando outro tipo de autoridade portuária, uma nova forma de o Estado se relacionar com esse setor da produção.

Isso é reforma do Estado, que nós estamos fazendo. Estamos precisando da reforma administrativa. Precisamos do apoio do Congresso para fazê-la, no que diz respeito às novas carreiras, no que diz respeito a

critérios mais modernos de gestão do pessoal, ao treinamento e à melhoria de condições de produção e também de salário do funcionalismo, que só poderá ocorrer se houver, efetivamente, um enxugamento da máquina e, sobretudo, um aperfeiçoamento da máquina. Não pode ocorrer aumento de salário só porque sim, porque o sistema econômico está estabilizado e, portanto, o Governo não tem por que estar, a toda hora, pensando em aumentos indiscriminados.

Tem que se fazer, isso sim, é o retreinamento, a reorganização, a organização das carreiras e pensar, a longo prazo, quando é que nós vamos ter, efetivamente, um serviço público bem pago. Bem pago não significa provocando a inflação, mas reconstruindo o Estado para que, dentro de três ou quatro anos, tenhamos, efetivamente, um serviço público já devidamente acomodado.

E a outra perna dessa transformação do Estado diz respeito às áreas sociais do Governo, onde aí já está também em marcha uma transformação profunda. Na educação começará, na saúde, também. Na questão do SUS. Aí são dois eixos fundamentais: a descentralização e a desclientelização, ou seja, não tem nem corporação controlando, nem tem setores da sociedade que se organizam como clientela, com intermediário político, para obter recurso para o setor social. O setor social é a população organizada, através do município, do estado e do Governo Federal. E, cada vez mais, o Governo Federal vem transferindo recursos e mudando também o seu modo de se relacionar, passando a ser muito mais incentivador, fiscalizador, que operador direto em toda essa área social.

Essa é a reforma do Estado. Neste momento em que estamos assinando esse contrato de concessão e de arrendamento da malha sul da Rede Ferroviária Federal, estamos dando um passo a mais na reforma do Estado. De modo que eu me desculpo por falar um pouco além do que é necessário, simplesmente para mostrar que as coisas aqui não se fazem por acaso. Não é hoje um ato, amanhã outro ato, depois de amanhã outro ato. Não é isso, não. Aqui há um contexto, há um rumo, há um caminho, uma política. E essa política está sendo, cada vez mais, configurada através de ações simultâneas do Congresso e do Executivo,

num regime de harmonia, que não significa, de maneira nenhuma, nem o Executivo diminuir a função do Legislativo, nem o Legislativo impedir a função do Executivo.

E quando o Brasil vê que existe uma situação de harmonia, apóia. Só quem está, naturalmente, com o juízo um pouco perturbado pelo êxito dessa cooperação pode imaginar que possa haver avanço do Executivo sobre o Legislativo ou vice-versa. É o contrário. O que está havendo é o que se deseja: uma relação harmônica, em que o Legislativo, a maioria do Legislativo, apóia as decisões do Executivo, porque essas decisões não são feitas na calada da noite, elas têm um programa que foi apoiado pelo povo e esse programa está permanentemente sujeito às revisões que o Legislativo faz. E o exemplo mais imediato é a questão do petróleo, outra vez, com o que acabei de louvar o esforço do Deputado Eliseu, que modificou a proposta do Executivo, como a proposta de energia elétrica foi modificada pelo Legislativo. E assim tem que ser mesmo.

Não se trata, de forma nenhuma, de que o Executivo tudo saiba e apenas empurre goela abaixo do Legislativo o resto, porque isso não é democracia, nem é bom para o País. O que é bom para o País é um diálogo franco. E, havendo esse diálogo franco, é natural que, depois, o Legislativo aprove. E o que ele está aprovando não é um projeto do Executivo, é um projeto comum, em que a iniciativa foi do Executivo e que passou pelo filtro do Legislativo e que, portanto, ao aprovar, essa maioria está se auto-aprovando e não apenas delegando soberania sua ao Presidente da República, cuja soberania deriva é do voto popular e não de coação, que nunca fará sobre o Congresso, nem de subserviência, que é inaceitável numa democracia.

É um Brasil novo. É um Brasil novo e que se consubstancia, também, nesses atos singelos, e o Presidente, às vezes, aproveita-os para esclarecer um pouco mais a opinião pública, por intermédio dessa tão vibrante imprensa, para que todos saibam bem do que se trata no País e quais são as transformações que, aliás, com o apoio da imprensa, nós vamos implementando.

Muito obrigado aos Senhores.

